**Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da XX Vara Cível de Família da Comarca de XX, Estado da Bahia**

**XXXXXXX**, brasileira, profissão, inscrita no RG n° xx e CPF n° xx e **XXXXXX**, brasileiro, profissão, inscrito no RG n° xx e CPF n° xx, por meio de sua advogada que esta subscreve (mandato incluso), com escritório na Rua XXXXXX, n° XX, bairro, Cidade – Estado, com endereço eletrônico, e-mail: XXXXXXX, vem à presença de Vossa Excelência propor **AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL**, observando – se o procedimento previsto no artigo 731 do Código de Processo Civil, pelos motivos de fato e de direito expostos a seguir:

**1. DOS FATOS**

Os requerentes contraíram matrimônio em xx/xx/xxxx, tendo adotado o regime da **COMUNHÃO PARCIAL DE BENS**, conforme prova de certidão de casamento anexo. Entretanto, os requerentes não comungam dos mesmos interesses, bem como inexiste *affectio maritalis*, ou seja, ânimo de viver conjuntamente. Isto posto, decidem em comum acordo e nos termos da lei, pela ruptura da vida em comum e do vínculo conjugal.

Desta união advieram xxx filhos, quais sejam: 1. Filho A (XX anos) e 2. Filho B (XX anos).

**O casal encontra-se separado de fato há mais de xx anos, de forma contínua, ininterrupta e sem qualquer possibilidade ou interesse de reconciliação matrimonial.** Destarte, os cônjuges desejam, de comum acordo, formalizar e pôr fim ao casamento.

**2. DOS BENS A PARTILHAR**

Durante o casamento, o casal não amealhou bens imóveis, nem bens móveis. Assim, declaram que não existem bens imóveis ou móveis a partilhar.

**3. DOS ALIMENTOS**

Os requerentes dispensam reciprocamente o pagamento de pensão alimentícia.

**4. DO NOME DE SOLTEIRA**

A requerente mulher opta por retornar ao uso do nome de solteira, qual seja: **XXXXXXXX.**

**5. DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, pugnam a Vossa Excelência a homologação da presente Ação de Divórcio em todos os seus termos, especialmente:

1. Deferimento do pedido de alteração do nome da mulher para aquele de solteira, qual seja, XXXXXXX, de acordo com o § 2º do art. 1.578 do Código Civil;
2. O deferimento da concessão de justiça gratuita nos termos da Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV e da Lei Federal 1060/50;
3. A expedição de competente ofício para averbar a homologação desta ação de divórcio na Certidão de Casamento lavrada no Livro x, fls. xxx, do xº Cartório de Registro Civil da Comarca de .x.x.x.x.xx.;
4. Protesta pela juntada de todos os documentos ora anexados à presente para a comprovação dos fatos ora alegados e por eventuais outros que Vossa Excelência entenda como necessários à homologação desta.

Requer, por fim, sejam as intimações processuais efetivadas em nome da advogada XXXXXXXXXXX, inscrita na OAB/BA nº XXXXX, com endereço eletrônico: XXXXXXX, nos precisos termos do Art. 272, §5º do CPC/2015, sob pena de nulidade.

Estima-se à causa o valor de R$ 1.000,00 (um mil reais).

Nestes termos

Pede deferimento,

Local, data de XXXX de XXXX.

Advogada

OAB BA XXXXX